

# O SERVIÇO SOCIAL E AS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO: PENSANDO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DA CONQUISTA DE DIREITOS

*Mailiz Garibotti Lusa<sup>1</sup>*

## 1. Apresentando a discussão

Há diversos olhares sobre o rural. Olhares sociológicos, olhares históricos, olhares econômicos e economicistas, olhares políticos e politiqueiros, olhares de Estado e olhares de governos e de governantes, olhares do povo da cidade e olhares também do próprio povo do campo!

Há olhares e olhares! Cada qual procurando e encontrando aquilo que o coração reclama, o raciocínio insiste e o olhar, a escuta, o olfato e o paladar possibilitam perceber. Alguns são olhares críticos, pois captam o escondido e, nisto, enxergam o inquietante novo. Outros são olhares conservadores, vêem os contornos mais fortes do retrato pintado por outros artistas, sentem nisto uma espécie de saudosismo aconchegante e acabam se afastando da realidade que motivou tal pintura, preferindo apenas guardar a lembrança daquilo que não mais voltará.

E assim, existem e transitam os olhares sobre o rural. Alguns singelos, outros audazes, no entanto, sempre a criar e recriar, produzir ou reproduzir um mundo particular, cujo território, sujeitos e relações compõem com a cidade o mesmo cenário da sociedade capitalista do novo milênio. Portanto, perguntar-se-ia: qual é o olhar profissional do Serviço Social para o rural? Qual é o olhar que a realidade e a população camponesa demandam para o Serviço Social? Sob um olhar que considera os ‘Direitos Humanos’, o que se poderia ver, ouvir, refletir e fazer?

É na busca de respostas a estas e a outras perguntas que se propõe a reflexão deste artigo. Aqui serão apresentadas algumas reflexões que tangenciam a pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, a qual se volta para a reflexão sobre as necessidades, os direitos e as políticas públicas voltadas para o campo, sejam estas já efetivadas, em fase de implementação ou somente levantadas como demandas dos sujeitos rurais, especialmente das mulheres camponesas, sujeitos principais da

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestranda em Serviço Social pela PUC-SP; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero - NUSSERGE / UFSC e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

pesquisa.

O que se deseja salientar desde o princípio, é que se percebe uma vinculação direta entre o olhar do Serviço Social para os sujeitos rurais - especialmente para as relações de gênero que permeiam aquele espaço - e o campo da garantia dos Direitos Humanos. Assim, para apreender a dinâmica entre necessidades, demandas, lutas, direitos e políticas que permeiam a vida no campo, especialmente das mulheres camponesas, também é importante apreender o leque de possibilidades de atuação profissional do Serviço Social neste campo.

Dito isto, registra-se que este artigo apresenta dados da investigação desenvolvida pela autora junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em nível de mestrado. Nele, aborda-se a dinâmica da relação entre o mundo rural, a realidade camponesa, o Serviço Social e o Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil. Como elemento de ligação, adota-se as Políticas Públicas de Gênero e a própria atuação do Serviço Social junto a este público e suas demandas, sob o ponto de vista das práticas emancipatórias. Objetiva-se produzir indagações sobre as formas pelas quais a profissão ‘atenta’ para este campo de atuação e ‘os novos olhares’ que ela pode construir.

Enfim, salienta-se que esta parte da investigação – apresentada neste artigo - foi realizada através de pesquisa de tipo exploratório, com abordagem qualitativa, tendo como recurso metodológico a fundamentação teórica através de levantamento bibliográfico. Os aportes para a investigação foram encontrados tanto no Serviço Social, quanto nas Ciências Sociais, tendo sido consideradas como categorias de análise: ‘campo/camponês’, ‘relações de gênero’, ‘Movimentos Sociais’ e ‘Serviço Social’.

## **2. Porque o olhar para o campo e para os sujeitos rurais num contexto tão urbanizado de sociedade?**

O rural por vários séculos contextualizava-se como o modo de vida preponderante na sociedade. Desde a origem da humanidade, a agricultura foi uma das primeiras atividades de produção do homem em torno da qual se organizou a vida em sociedade. Sim, não se está esquecendo ou minorando a vida das civilizações antigas - Grega, Romana, Bizantina, Egípcia e outras mais - organizadas, poder-se-ia dizer, de forma já urbanizada. No entanto, fora dos centros de Estado, de comércio e de estudos destas, já em seus entornos, a vida rural predominava.

Passados vários séculos, experimentou-se a primeira crise do modo de vida rural, que foi o surgimento e desenvolvimento das manufaturas e, conseqüentemente, da industrialização. Adveio então, a passagem do feudalismo para o capitalismo pré-industrial e, logo após, industrial. Aos poucos os sujeitos rurais deslocavam-se para um espaço já, timidamente, urbano, que aos poucos vai inchando-se e extrapolando as condições de infraestrutura disponíveis, até então.

Nesta dinâmica deslocam-se também os olhares da sociedade - principalmente da nova burguesia industrial, dos Estados e dos pensadores da época e, eis que, o rural fica entregue ao idílico, ao bucólico e ao saudosismo. Como conseqüência, passa-se a aferir uma ambivalência desigual de sentidos entre os dois espaços. Àquele urbano e capitalista, associava-se o desenvolvimento, a modernidade, a racionalidade e o cientificismo, os avanços da vida urbana e o desenvolvimento de tecnologias que permitiam a acumulação financeira em níveis impossíveis para o outro. Àquele rural e pré-capitalista, associava-se a estagnação no tempo medieval, o retorno e apego ao passado, o atraso em relação ao mundo desenvolvido, a irracionalidade técnica e científica, o atraso tecnológico e, portanto, a pobreza de espírito presente no modo de vida rural.

Mais séculos se passaram, o rural tomou novas dimensões, construiu outras identidades e, então, nas últimas décadas percebeu-se nas sociedades capitalistas ocidentais a emergência de um 'novo mundo rural', fruto entre outros fatores, da reestruturação produtiva da sociedade capitalista que atingiu campo e cidade, embora de formas diferentes. Esta nova ruralidade ou ruralidades, também decorrentes da experiência conflitiva entre os valores do campo e àqueles produzidos pela cultura urbana de massa, adentra também no imaginário e nas experiências de homens e mulheres que trabalham na agricultura de base familiar.

Com base na pesquisa de Lusa (2008), neste 'novo mundo rural' - especificamente na agricultura familiar<sup>2</sup> - observou-se a continuidade de padrões desiguais de gênero, os quais são históricos, culturais e ocasionam às mulheres maiores dificuldades para exercício da vida cotidiana, que para os homens. Observa-se tal dificuldade seja em relação ao desenvolvimento de atividades de trabalho e de lazer, seja no quesito do acesso financeiro e administrativo dos bens familiares produzidos e, finalmente, no acesso a serviços e políticas públicas, tanto as sociais, quanto aquelas econômicas. Tais dificuldades vão desde o acesso a serviços e benefícios sociais, até a participação social efetiva junto aos grupos sociais e a própria comunidade.

---

<sup>2</sup> Nos marcos de uma pesquisa desenvolvida na região oeste do Estado de Santa Catarina.

Não obstante a esta realidade nas relações familiares e de gênero e diante da conjuntura social, política e econômica da agricultura familiar, notou-se, ainda na região do oeste catarinense - mais especificamente no município de Chapecó - no final dos anos 70 e início dos 80 o surgimento de organizações sociais formadas por trabalhadores rurais. Neste, que foi um período de emergência de grupos com privilegiada consciência crítica da realidade e questionadores da ordem da sociedade e do Estado capitalistas, também se verifica o surgimento em meados de 1983 de um movimento autônomo de mulheres do campo, denominado primeiramente de Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA.

No horizonte maior deste movimento, assim como em outros movimentos sociais do campo surgidos no mesmo período<sup>3</sup>, encontra-se a luta pela transformação societária, a qual perpassa pela mudança do modo de produção capitalista para o socialista, a partir da perspectiva marxista. Este ideal passa a se configurar como o horizonte utópico que motivará todas as lutas e conquistas diárias, necessárias para que se alcance uma situação que possibilite a transformação revolucionária.

Ainda durante os anos 80', mesmo diante das dificuldades – as quais pareciam impulsionar as participantes – o MMA foi crescendo e tomando vulto regional, estadual e, logo, nacional, difundindo reflexões e propostas acerca do cotidiano das mulheres no campo, seus direitos e demandas. Foi esta experiência construída pelas mulheres agricultoras do oeste catarinense que contribuiu para o surgimento de inúmeros grupos de mulheres do campo em vários estados brasileiros, que aos poucos foram se vinculando ao Movimento e, nele, fortalecendo discussões políticas, lutas e pautas de reivindicações frente à sociedade e ao Estado.

Desde o princípio do Movimento, suas atividades direcionavam-se para dar visibilidade à realidade camponesa, à situação das mulheres no campo e, por conseguinte, a visibilidade da luta contra as desigualdades de gênero no campo e a favor de políticas públicas voltadas para o atendimento de suas necessidades. Suas pautas reivindicatórias sempre tiveram como princípios orientadores a luta contra o capitalismo e contra as políticas neoliberais, contra o latifúndio rural, os crimes ambientais e a favor da reforma agrária e das políticas sociais redistributivas para o campo, observado o enfoque de gênero.

A partir do ano de 2005, baseado nas discussões de suas Assembléias Regionais, Estaduais e Nacional, o MMA delibera a mudança de seu nome e passa a se definir como 'Movimento de Mulheres Camponesas' – MMC. Esta mudança, aparentemente só na

---

<sup>3</sup> Aqui se faz referência ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - que tem seu embrião no sul do Brasil,

nomenclatura, na verdade foi uma mudança de cunho político, que trouxe significativas transformações na identidade deste movimento social, ressaltando seu perfil de camponesas<sup>4</sup>, com uma ligação bastante forte com a terra e com o trabalho nela desenvolvido com a finalidade de produzir para a subsistência familiar, afastando-as mais ainda do modo de produção capitalista e as aproximando do horizonte de transformação socialista.

Neste novo mundo rural dos agricultores familiares, camponesas e camponeses, parece co-existirem - sem serem percebidos - aspectos conseqüentes da modernização do campo com aspectos do *ethos* camponês, tradicional e conservador, baseado em valores e costumes construídos pelas gerações passadas e reproduzidos pelas gerações atuais no cotidiano rural.

Esta característica da coexistência do moderno com o tradicional expressa a necessidade de um olhar voltado para a realidade atual do campo, a fim de reconhecer neste espaço as demandas postas e, a partir delas, as possibilidades de respostas efetivas e eficazes na vida das mulheres camponesas e de suas famílias. É neste campo também, que se entende configurar um dos lugares de atuação do Assistente Social.

### **3. A situação da mulher no campo**

Parte-se do pressuposto que as transformações na contemporaneidade vêm acontecendo de forma intensa, nos mais diversos setores da sociedade, contextos e conjunturas, bem como nas mais diversas áreas do conhecimento. As questões de gênero inserem-se dentro deste conjunto de transformações, tanto de ordem prática, através de mudanças nas relações sociais entre os indivíduos homens e mulheres, quanto de ordem teórica, através dos estudos nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de forma inter e trans-disciplinar. Ao mesmo tempo, seguindo o ritmo intenso das transformações, são percebidas mudanças no contexto rural do Brasil que ocasionam o surgimento de novos paradigmas de ruralidade.

Embora despercebida, a emergência deste ‘novo mundo rural’, adentra no imaginário de homens e mulheres rurais. Neste contexto de transformação, constata-se que

---

ainda no final da década de 70<sup>7</sup> e início de 80<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> A principal característica do ‘campepinato’, segundo as discussões da sociologia rural contemporânea, é que sua produção não visa os excedentes, mas prioritariamente a subsistência familiar, embora não exclua a primeira como forma de garantir renda para suprir necessidades não atendidas pela própria produção. Para aprofundar essa discussão indica-se PAULILO (2000 e 2003, STROPASOLAS (2006), entre outros.

permanece uma situação de desigualdade nas relações de gênero, fazendo com que as mulheres inseridas naquele contexto vivam a ausência de ‘autonomia’, logo, de ‘emancipação’, o que configura, portanto, a necessidade (e possibilidade) de que este processo seja desencadeado.

A construção da identidade camponesa, que Bourdieu (1995) denomina de ‘*habitus*’ camponês, também conhecido por ‘*ethos*’ camponês, segundo Boni (2005), teve e continua tendo forte impregnação do patriarcado, o qual determina ser o homem o pólo dominante tanto das relações de produção quanto das relações sociais do núcleo familiar rural (ou urbano), assumindo-se ele como ‘chefe-de-família’.

Este *habitus*, que aqui será tratado por cotidiano<sup>5</sup>, é reproduzido culturalmente através da transmissão dos valores a serem preservados. Assim, muitos elementos que determinam como devem ser as relações de gênero acabam perpetuando-se e naturalizando-se através de padrões de comportamento, sendo difícil desconstruí-los embora as várias transformações da contemporaneidade provoquem uma nova forma - ainda tímida e insuficiente - de pensar, agir e ser.

Neste sentido, passa-se a compreender que a divisão sexual do trabalho na agricultura é permeada pela tradicional e cultural dominação masculina de forma muito mais intensa que noutros contextos, gerando uma desigualdade tanto nas relações de trabalho quanto nas relações sociais. Segundo Elisabeth Souza-Lobo (1991), a ‘divisão sexual do trabalho’ traria embutida as estratégias de utilização do corpo a partir da representação das qualidades sociais de homens e mulheres, tomadas como naturais. Isto é, qualidades não tomadas como habilidades desenvolvidas - ou não -, mas como determinações da natureza, condicionadas na cotidianidade em suas diferenças e singularidades pelo simples fato de ser mulher ou ser homem.

Assim, nota-se que a divisão sexual do trabalho é bastante explícita na agricultura familiar, cabendo ao homem as tarefas destinadas à geração de renda, tais como o cultivo dos campos, inclusive no corte, ou nos dias atuais, na preservação das matas, a construção de cercas, as relações comerciais de vendas de produtos, compra de insumos, maquinários, a aquisição de bens ou financiamentos, etc. Já para a mulher, cabem as tarefas relativas ao âmbito doméstico, o qual no contexto rural estende-se aos arredores da casa. Atribui-se à

---

<sup>5</sup> Categoria analítica advinda da perspectiva crítica marxista, utilizada pelo Serviço Social. Quem a inaugura é Agnes Heller, que em sua obra “*O cotidiano e a História*”, afirma que “a vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias (HELLER, 1972, p.17).

mulher as tarefas destinadas à reprodução familiar, como os cuidados com a casa, com a comida e na educação dos filhos, o cultivo da horta e cuidados com o jardim, as pequenas criações de gado, aves e suínos, etc.

Destarte, verifica-se que a desigual divisão sexual dos papéis nas pequenas propriedades de agricultura, associa-se a dominação que permeia desde as relações familiares internas, ou seja, aquelas que acontecem no âmbito privado, até as relações familiares externas, no âmbito público, como por exemplo, as relações de herança e propriedade, os arranjos matrimoniais, entre outras, também visualizadas e discutidas por Boni (2005) e Paulilo (2003).

Questões como a divisão sexual do trabalho na agricultura, a propriedade da terra e o matrimônio, são intrínsecas e fundamentais à vida da mulher no campo. Considerações levantadas por Paulilo (2003) apontam elementos de debate como a questão da herança, a manutenção do patrimônio familiar, a tradição cultural sobre as sucessões, os valores patriarcais camponeses, a compreensão do trabalho da mulher como um auxílio, não necessitando pagamento já que não se configura como atividade produtiva - gerada pela força de trabalho -, a discriminação e o isolamento familiar e comunitário das mulheres.

Portanto, fica expresso através desta breve reflexão que a necessária superação da situação de desigualdade entre homens e mulheres da agricultura familiar, adentra na modificação das relações de gênero a partir de ações emancipatórias, as quais somente são possíveis através de uma consciência prática, teórica e discursiva.

Mas como desenvolver este tipo de consciência? Com quem e a partir de onde? Que relação o Serviço Social tem com esta ruptura e quais as possibilidades e/ou responsabilidades que assume em sua cotidianidade profissional junto a classe trabalhadora, especificamente aquela rural?

#### **4. Os movimentos sociais do campo e o Movimento de Mulheres Camponesas**

Brasil, final da década de 70' e início de 80', período de transição do regime militar e ditatorial para o civil e democrático. É o momento de efervescência dos movimentos sociais. Na cidade e no campo é época de reflexão crítica a cerca da realidade do país, de mobilização e participação popular para a defesa da liberdade política e para conquista de novos direitos sociais. A Igreja, através de sua linha mais crítica, baseada na Teologia da Libertação que se difundia rapidamente por toda América Latina, colabora para esta

mobilização através das Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's. Surgem neste pré-caldão democrático, além de vários movimentos sociais, também novos partidos de esquerda, dentre os quais o Partido dos Trabalhadores - PT.

No entanto, não é somente no contexto de conquistas sociais, de participação e mobilização popular que se está envolto. A realidade que se coloca é também de uma assoladora crise financeira e fiscal em todo país e continente.

No campo, acrescenta-se ainda o contexto de concentração de terras, de políticas de defesa dos latifúndios, do capital internacional e das agroindústrias, além de um contexto de assustador empobrecimento do trabalhador rural, o que ocasiona um movimento de migração para as cidades, nunca observado antes em tamanha proporção. Destarte, experimenta-se nesta década e nas que se seguiram, o acirramento da questão social no campo e, em consequência, o aumento do êxodo rural e o inchaço das periferias dos centros urbanos.

Segundo Tavares (1992, p.09), a ideologia perpassada no período diz que

O descanso da terra é coisa do passado e agora a palavra chave é mais produtividade. De novo, só os grandes proprietários são privilegiados. As culturas de exportação têm todas as prioridades. A terra valoriza mais ainda e ao agricultor sem posses resta amargar a cidade grande. Entre os anos 70 e 80 mais de 16 milhões de pessoas saíram do campo.

Mas este também é o período de 'resistência camponesa'. E tal como aconteceu na época de Canudos (BA) e do Contestado (SC e PR), grupos de camponeses começam a se organizar e se mobilizar na luta por terra e por direitos sociais. Iniciam-se as ocupações de terra, que posteriormente levam ao surgimento do Movimento de Trabalhadores Sem Terra, o MST - já comentado num dos itens anteriores. "Neste tempo, junto com as ocupações, os pequenos produtores lutam pela conquista dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais que estavam nas mãos de dirigentes comprometidos com o governo, os chamados pelegos" (TAVARES, 1992, p.15). Eis que os camponeses e camponesas começam a se descobrir e se colocar no cenário político brasileiro como sujeitos, construindo, ou retomando a partir de então, a construção de uma identidade camponesa coletiva de luta social, política, econômica e ideológica contra o capital monopolista, já à beira de sua financeirização.

Neste mesmo cenário, as mulheres também começam a participar das mobilizações sociais e a reivindicar seus direitos de igualdade em relação aos homens e de participação política. E eis que no mundo rural, 'as agricultoras vão a luta', parafraseando Tavares (1992). Segundo a autora (1992, p.19), "a falência do campo faz a mulher partir para a luta concreta, num campo até então masculino", referindo-se a participação sindical e a

criação de um movimento social autônomo, o Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA.

Apesar de longo, o trecho abaixo também de autoria da jornalista Elaine Tavares, contextualiza exatamente o surgimento do MMA.

Nas reuniões falavam sobre a terra, a política agrícola, o reconhecimento dos direitos da mulher. Pela primeira vez a mulher participava de forma organizada e tinha como objetivos, a sindicalização e o reconhecimento da profissão. [...] Foi então que em maio de 83, 28 mulheres se reuniram em Itaberaba<sup>6</sup> e fundaram o primeiro núcleo do Movimento de Mulheres Agricultoras. [...] Depois da fundação do primeiro núcleo, a discussão se espalha pelo campo. Em quase todas as cidades do Oeste [catarinense] vão se formando núcleos e o movimento começa a crescer como entidade. No dia 8 de março de 84 (Dia Internacional da Mulher), o Movimento faz sua primeira manifestação pública e reúne 500 mulheres em Chapecó. Discutem questões como aposentadoria, saúde e política agrícola, educação, reforma agrária, falta de terra e discriminação (TAVARES, 1992, p. 18,19,21).

São reconhecidas neste fragmento, algumas das características deste movimento, as quais perpassam a sua história, conformando desta forma a sua identidade: a capacitação política crítica das militantes; a organização a partir de grupos de base; a mobilização e manifestação em torno de datas significativas para as mulheres e para o mundo rural; o reconhecimento e a valorização da profissão; as falas denunciadoras da realidade rural excludente e as lutas reivindicatórias de direitos sociais não somente para as mulheres camponesas, mas para todos e todas que vivem e trabalham no campo.

Enfim, uma identidade em consonância com a militância engajada na luta pelo acesso aos direitos, pela valorização da mulher e do homem camponeses, pela igualdade social e pela transformação societária, valorizando o modo de vida e o trabalho rural e colocando para a sociedade a urgência em reconhecê-lo, discuti-lo e aquilatá-lo.

Atualmente, o movimento está organizado em dezenove estados brasileiros. Realiza Assembléias Deliberativas em todas as instâncias, sejam elas nacional, estaduais, regionais e municipais. Quanto à organização, conta com equipes de coordenações e direções executivas em cada nível de participação, sendo que no nível local a mesma corresponde ao grupo de base.

Numa entrevista<sup>7</sup> concedida à socióloga rural Maria Ignez Paulilo, uma das lideranças do Movimento no Brasil, Dona Adélia Schmitz, camponesa do oeste catarinense, identifica o MMC como um movimento autônomo, democrático e popular. Segundo ela:

---

<sup>6</sup> Distrito rural do município de Chapecó, localizado no oeste catarinense.

<sup>7</sup> Entrevista publicada na Revista Estudos Feministas, maio-agosto/2007, sob autoria de Paulilo e Silva. A referência completa da entrevista pode ser encontrada no item '8' deste Projeto.

Somos um movimento classista, das mulheres trabalhadoras do campo que compõem a classe trabalhadora. [...] Nossa causa é a transformação da sociedade. Por isso nós lutamos por direitos sociais; pela garantia de uma Previdência pública, universal e solidária; salário maternidade [...]; saúde pública integral com atendimento humanizado para todos e todas; fim da violência contra a mulher, por uma agricultura camponesa com políticas públicas; produção de alimentos saudáveis; soberania alimentar; reforma agrária; crédito especial para as mulheres; defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade; acesso e garantia de documentos pessoais e profissionais para as mulheres camponesas; [...] entre outras reivindicações (PAULILO e SILVA, 2007 [15(2)], p.399-417).

Neste extrato, fica explícita a forte identidade camponesa ligada à militância política e social, bem como a existência de uma pauta reivindicatória que é levantada como bandeira de luta em todos os espaços públicos onde o movimento consegue participar. Foram estas características que levaram a optar por dedicar maiores esforços de investigação, no campo brasileiro, para este movimento social de mulheres camponesas.

Em decorrência desta opção, foram visitadas algumas temáticas relacionadas com a questão, que passam a ser apresentadas e discutidas na seqüência.

## **5. Políticas Públicas para mulheres e Políticas Públicas de gênero**

Antes de tudo, esclarece-se que o desenvolvimento deste subitem tem por finalidade a delimitação da concepção de políticas públicas voltadas para as mulheres e aquelas de gênero, sendo que a última será aqui defendida<sup>8</sup>. Para situar um bom ponto de partida para explicitar esta concepção, pode partir do seguinte questionamento: como as demandas das mulheres camponesas e as questões de gênero aparecem no cenário das políticas públicas?

Partindo para a resposta, é necessário lembrar que o processo histórico de reflexão sobre a categoria 'gênero' primeiramente se desenvolveu dentro do próprio movimento feminista e só posteriormente adentrou nos espaços acadêmicos. No entanto - e aqui já se explicita o alerta - a incorporação desta categoria nas políticas públicas é algo mais recente ainda e que, portanto, requer a superação de vários desafios em todas as suas fases e âmbitos.

---

<sup>8</sup> Noutros momentos da vida acadêmica, tomando outras faces da questão que envolve as relações de gênero, prima-se pela discussão e defesa apenas de políticas públicas de gênero, como será possível identificar pela própria discussão. Neste estudo porém, preconiza-se a discussão e definição de ambos os tipos de políticas públicas - para mulheres e de gênero - a fim de explicitar a sua distinção e, através disto, demonstrar um dos aspectos identitários do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, dado que este movimento toma o enfoque das 'políticas públicas de gênero' em suas pautas reivindicatórias.

Segundo Bandeira (2005, p.47)

As políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas conseqüências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos [...].

Assim, as políticas para as mulheres, apesar de direcionarem-se especialmente para elas, continuam a reproduzir o papel da mulher na reprodução social da sociedade, já que enfatizam o papel da mulher na educação dos filhos, nos cuidados domésticos, com a higiene e saúde, com a alimentação, enfim com a convivência familiar e a reprodução social para manutenção do sistema capitalista vigente. Logo, este tipo de enfoque, apesar de contemplar a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres, acaba contribuindo para a segmentação entre mulheres e homens e, inclusive, para perpetuar a cultura patriarcal de fragilidade e subalternidade da mulher.

Já as políticas públicas de gênero, ao incorporarem o conceito de gênero e discutirem suas implicações na promoção de políticas públicas, trazem para o campo de debates tanto os conflitos que perpassam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade capitalista, como também as desigualdades produzidas e reproduzidas pela cultura patriarcal, com base no discurso das diferenças biológicas.

Destarte, discutir políticas públicas de gênero significa incorporar no debate o cotidiano dos homens, o cenário em que estes estão envolvidos, suas necessidades e demandas. Este é o ponto fundamental de distinção entre os dois enfoques: o primeiro é exclusivo para mulheres e o segundo, apesar do olhar especializado para as mulheres - dado pelas desigualdades de gênero - é inclusivo também para o homem.

É nesta última perspectiva que se aposta a reflexão e discussão traçadas acerca das políticas voltadas para as mulheres camponesas. Nela se insere fortemente o debate sobre o papel das mulheres como protagonistas na proposição das políticas públicas de gênero.

Também a partir desta perspectiva, é que se refletirá sobre a ação daqueles profissionais sociais - dentre as quais estão os assistentes sociais - que têm no rol de suas tarefas a elaboração, planejamento, implementação, gestão, execução, avaliação e reformulação de políticas públicas.

## 6. O Serviço Social enquanto profissão e os seus compromissos ético-políticos

Voltando o olhar para a profissão, pensando a partir do Projeto Ético Político da profissão, em sua fundamentação ontológica a partir da perspectiva histórica afirmada por vários pesquisadores, dentre os quais José Paulo Netto (1999), Maria Lúcia Barroco (2001), Marilda Iamamoto (2007), Telma Lima (2004) e Marina Maciel Abreu (2004), observa-se a premência em refletir sobre o papel do Serviço Social na construção e reprodução dos modos de vida na sociedade e, especificamente sobre sua dimensão pedagógica, a qual segundo Abreu (2004) incide diretamente na formação da cultura.

Antes de tudo é necessário compreender a dimensão pedagógica do Serviço Social afirmada de uma ou outra forma por tais autores. Desde a sua origem, a profissão voltou-se às atividades ligadas diretamente ao público usuário enquanto classe trabalhadora. Neste sentido, é possível compreender porque “as ações profissionais incidem no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos” (IAMAMOTO, 1999, *apud*, Lima, 2004, p.02)

Esta dimensão pedagógica, educativa, nem sempre seguiu uma mesma direção, pelo contrário, transformava-se também conforme as variações de tempo e de contexto em que acontecia. Assim, podem-se identificar basicamente dois tipos de ações educativas: as de caráter disciplinador e as de caráter emancipatório<sup>9</sup>.

Dado isto, um ponto primordial para discutir a perspectiva de ação almejada para a profissão, é reconhecer que o Serviço Social surgiu historicamente sob o caráter disciplinador, voltado para a ‘moralização’ da sociedade e para o atendimento assistencialista - de conformação pacificadora - da classe trabalhadora. Caráter pedagógico este, que predominou por longos - ‘quase’ - 40 anos, passando a ser questionado somente a partir da segunda metade da década de 1970, numa inquietação interna da profissão, que eclodiu no movimento de ‘ruptura com o conservadorismo’ acontecido já na década de 1980. Isto tudo ocorreu diante de um cenário político crítico e questionador, influenciado pela luta para redemocratização política e pelo surgimento de diversos movimentos sociais, dentre os quais os diversos movimentos feministas.

Neste mesmo cenário, passa-se a discutir no Serviço Social os valores ético-políticos que deveriam orientar a profissão, segundo os princípios da justiça social, da

---

<sup>9</sup> Referenciadas de diversas formas por vários autores, como Lima (2004), Iamamoto (2007), Netto (1999), Abreu (2004).

democracia, da autonomia, da defesa intransigente dos direitos humanos e da liberdade como valor ético central, tomados a partir e então como 'princípios ético políticos da profissão. Desde então, a categoria profissional assume em suas ações o caráter crítico transformador das relações sociais existentes em vista da superação da ordem social burguesa e de tudo que nela está subentendida. A dimensão educativa passa a voltar-se para as práticas profissionais de caráter emancipatório, voltadas para a transformação societária e para a construção de uma nova ordem econômica.

Neste sentido, afirma-se ser indispensável para o Serviço Social assumir veementemente a luta pela superação das determinações históricas dos papéis de gênero alicerçados na subalternidade da mulher. Constatando que esta subalternidade da mulher é funcional para a ordem capitalista, ela deve, por conseguinte, ser combatida como estratégia de superação do modelo vigente, por todas e todos que se identificam com a construção de outra ordem.

Destarte, o acompanhamento e/ou assessoria técnica aos movimentos sociais ligados ao campo – a exemplo do Movimento de Mulheres Camponesas/MMC – é uma das perspectivas que possibilitam resultados mais efetivos, já que atuam diretamente com os indivíduos, famílias e grupos, num espaço que já tem como característica a formação política, social e cultural crítica.

## **7. Ensaçando um olhar que deseja costurar as reflexões apresentadas, sem, contudo encerrá-las**

Para iniciar esta última reflexão, colocar-se-á uma última questão. O campo dos Direitos Humanos apresenta basicamente uma dualidade, a qual não pode ser comparada a ambigüidade de sentidos, mesmo porque se tratam de sentidos diversos. O campo dos Direitos Humanos é 'tão simples' enquanto explicitação teórica e mesmo verbal dos mesmos e 'tão complexo' no que se refere a sua execução na sociedade! Sim, algo posto desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, mas que no âmbito factual da garantia destes mesmos direitos, em circunstâncias significativas, acaba sendo motivo de confrontos entre os Estados Nacionais e os movimentos sociais.

A luta pela terra e pela liberdade de decidir pela forma de como nela trabalhar, morar, organizar-se e, enfim, viver, é ainda hoje causa de muito suor, lágrimas e sangue dos movimentos sociais ligados ao campo, incluindo-se neles o Movimento de Mulheres

Camponesas - MMC. Depois de 60 anos da Declaração, muitas mulheres e homens continuam lutando para efetivar em seus cotidianos aquilo que, em termos de legalidade e consciência internacional, é direito da humanidade.

O Movimento de Mulheres Camponesas teve e continua tendo grande responsabilidade e participação para a garantia de alguns dos Direitos Humanos que foram efetivados na Constituição Brasileira e nas regulamentações que seguiram a esta. Reconhecer e valorizar esse fato são passos importantes para que a mobilização e a luta possam continuar.

Então, a questão que se coloca para o Serviço Social, a partir do reconhecimento desta dualidade do campo dos Direitos Humanos - singeleza e complexidade -, refere-se ao fato de ‘como a profissão colabora para que o simples torne-se complexo na sua garantia’? Ou de outro lado, o que faz para que o complexo – diante do modo de produção capitalista neoliberal – torne-se simples e palpável na vida daqueles trabalhadores - os camponeses - que também são tão simples e, nem por isto, menos humanos?

Ao final da reflexão, torna-se impreterível afirmar a urgência que vive o Serviço Social em dedicar seu olhar também para o campo, para as relações de gênero que nele se estabelecem e para os movimentos sociais, a exemplo do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

Mesmo que timidamente, a profissão vai perseguindo esta direção. Neste sentido, toma-se como o exemplo o último dia 15 de maio de 2009, Dia do Assistente Social, quando a 9ª Região do CRESS (SP) promoveu uma atividade comemorativa, em que convidou o Dirigente Nacional do MST, Gilmar Mauro e a Professora Dra. Aldaíza Sposati para discutir o tema nacional alusivo a data: ‘Socializar a riqueza para combater a desigualdade’.

Enquanto Gilmar abordou ‘A organização dos trabalhadores por outra sociedade’, a Professora Aldaíza tratou sobre ‘Seguridade Social e Proteção Social: lutas, desafios e conquistas por uma ética civilizatória’. Assim, ficou posto na mesa - diretamente em alguns momentos e indiretamente noutros - a premente relação entre ‘campo, camponeses e suas lutas’ e o ‘Serviço Social’. Ao final do debate caminhou-se para a renovação das perspectivas e dos compromissos de ambos na mesma direção: a transformação societária. Destarte, de forma instigante, reconheceram-se os desafios e reforçaram-se os laços nesta luta, a qual deve ser conjunta, pois se trata de uma única luta: a da classe trabalhadora.

Portanto, encerra-se este estudo reconhecendo que o Serviço Social ainda tem muito a avançar na direção de uma aproximação com o contexto rural, os sujeitos rurais e suas demandas. Neste mesmo sentido, reconhece-se a urgência em dedicar olhares e atenções às questões de Gênero. Entretanto, aponta-se que passos significativos estão sendo dados, os

quais renovam no cotidiano das e dos Assistentes Sociais, os compromissos postos tanto no Código de Ética Profissional, quanto em seus princípios ético-políticos.

Enfim, é inclusive no espaço rural e, especificamente nele, são os sujeitos trabalhadores rurais que vivenciam a dinâmica da luta diária para que os Direitos Humanos se efetivem. Assumindo seus princípios ético-políticos, cumpre ao Serviço Social, igualmente, esta tarefa junto àqueles e àqueles que vivem sua cotidianidade no campo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *In: Serviço Social e Sociedade*. N° 79, Ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004, p.43-71.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. *In: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil*. CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. N.66. Jun/2005. pp.43-76.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**. Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo**: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina. [Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina: 2005. [99 pp.]

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. (Trad. KÜHNER, Maria Helena). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional do assistente social**. 1993/1994.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A intervenção profissional do Serviço Social: propondo o debate sobre ações sócio-educativas. *In: Anais do XI ENPESS*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. Eixo Temático 2.10 Processos Sócio-Assistenciais.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Trabalho no contexto rural**: quando a divisão sexual do trabalho conforma as tramas da identidade de mulheres e homens da agricultura familiar no Oeste Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Direito de propriedade e acesso a terra na América Latina:** Mulheres rurais, identidade e nacionalismos In: Jornadas Bolivarianas - 4ª Edição: Nacões e Nacionalismos na América Latina, 2008, Florianópolis.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: \_\_\_\_\_ e SCHMIDT. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. pp.183-210.

\_\_\_\_\_. Mulher e Cidadania. In: **Serviço Social em Revista.** Londrina: Editora da UEL, 2000. pp.227-244.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TAVARES, Elaine. **A luta das mulheres agricultoras em Santa Catarina.** Florianópolis: Gab. Dep. Fed. Luci Choinaski / MMA-SC, 1992.